

# Diário do Legislativo de 11/08/2009

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/8/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.771/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.309, de 19/6/2002, e o art. 7º da Lei Delegada nº 125, de 25/1/2007, e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 9, que apresentou, ao vencido em 1º turno. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente que opina pela

aprovação das Emendas nºs 16, 17, 18 e 19, e das Subemendas nºs 1, que apresenta, às Emendas nºs 10, 12 e 14, e pela rejeição das Emendas nºs 5, 6, 7, 11, 13 e 15.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.949/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.994, de 18/9/2001, que instituiu o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - Cafimp - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.187/2009, do Governador do Estado, que altera as Leis Delegadas nºs 100, de 29/1/de 2003, e 175, de 20/1/2007. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta. No decorrer da discussão foram apresentadas ao projeto as Emendas nºs 2 e 3.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.367/2009, do Governador do Estado, que cria cargos de natureza especial no quadro geral de cargos de provimento em comissão da administração direta do Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 7, que apresenta, ao vencido em 1º turno. No decorrer da discussão foram apresentadas ao projeto as Emendas nºs 8 e 9.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 15 da Lei nº 12.729, de 30/12/1997. A Comissão de Justiça perdeu para prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.035/2009, dos Deputados Alencar da Silveira Jr. e Gilberto Abramo, que dispõe sobre a proibição de consumo de produtos derivados do tabaco em recintos coletivos fechados e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 896/2007, do Deputado Delvito Alves, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Industrial da Região Noroeste do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A Comissão de Meio Ambiente perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.284/2009, do Deputado Elmiro Nascimento, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.351/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - localizadas em Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.352/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da Sociedade São Vicente de Paulo - SSV - localizadas em Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**Ordem do Dia da 17ª Reunião Ordinária da Comissão DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 11/8/2009**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.017/2009, do Deputado Arlen Santiago; 978/2007, do Deputado Jayro Lessa; 1.857/2007, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.216/2009, do Deputado Sebastião Costa; 3.305/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.317/2009, do Deputado Arlen Santiago; 3.319/2009, do Deputado Doutor Viana; 3.382/2009, da Deputada Ana Maria Resende; 3.437/2009, do Deputado Ruy Muniz; 3.506 e 3.507/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 3.515/2009, do Deputado André Quintão; e 3.518/2009, do Deputado José Henrique.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.170/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.810/2008, do Deputado Inácio Franco; 2.869/2008, do Deputado Dimas Fabiano; 3.498/2009, do Deputado Zezé Perrella; 3.512/2009, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; e 3.517/2009, do Deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 11/8/2009**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 702/2007, do Deputado Sargento Rodrigues.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.356/2009, do Deputado Gilberto Abramo, e 3.368/2009, do Deputado João Leite.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 11/8/2009**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da Comissão DE SEGURANÇA PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 11/8/2009**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.301, 4.302, 4.303, 4.304, 4.305, 4.306, 4.307, 4.308, 4.310 e 4.322/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**Ordem do Dia da 18ª Reunião Ordinária da Comissão DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 11/8/2009**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 52/2009, do Tribunal de Contas, e Projeto de Lei nº 3.303/2009, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.138/2009, da Comissão de Direitos Humanos; 4.285/2009, do Deputado Doutor Viana; e 4.297/2009, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 11/8/2009**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.296/2009, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; e 4.300 e 4.309/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**Ordem do Dia da 18ª Reunião Ordinária da Comissão DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª**

## Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 12/8/2009

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de debate, em audiência pública com convidados, sobre os conflitos agrários ocorridos no Município de Pingo d'Água entre pequenos produtores rurais e a empresa ArcelorMittal Inox Brasil.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

### edital de convocação de reunião

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 11/8/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 896/2007, do Deputado Delvito Alves, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Industrial da Região Noroeste do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, 2.771/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.309, de 19/6/2002, e o art. 7º da Lei Delegada nº 125, de 25/1/2007, e dá outras providências, 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 15 da Lei nº 12.729, de 30/12/1997, 2.949/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.994, de 18/9/2001, e dá outras providências, 3.035/2009, dos Deputados Alencar da Silveira Jr. e Gilberto Abramo, que dispõe sobre a proibição de consumo de produtos derivados do tabaco em recintos coletivos fechados e dá outras providências, 3.187/2009, do Governador do Estado, que altera as Leis Delegadas nºs 100, de 29/1/2003, e 175, de 20/1/2007, 3.284/2009, do Deputado Elmiro Nascimento, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica, 3.351/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais localizadas em Minas Gerais, 3.352/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da Sociedade São Vicente de Paulo localizadas em Minas Gerais, e 3.367/2009, do Governador do Estado, que cria cargos de natureza especial no quadro geral de cargos de provimento em comissão da administração direta do Poder Executivo e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 10 de agosto de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.162/2009

##### Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

##### Relatório

De autoria do Deputado Mauri Torres, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação de Produtores e Produtoras do Córrego Catalão, com sede no Município de Santa Margarida.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.162/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Produtores e Produtoras do Córrego Catalão, com sede no Município de Santa Margarida, que tem como finalidade realizar obras e ações visando à melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais.

Com esse propósito, protege a saúde da família, da criança, da gestante e do idoso; combate a fome e a pobreza; orienta sobre a preservação do meio ambiente; implementa atividades nas áreas da educação, da cultura, do lazer e do esporte; promove campanhas de vacinação e prevenção de doenças em parceria com os órgãos competentes; e incentiva o turismo por meio da visitação de pontos ecoturísticos da região.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

##### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.162/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2009.

Ivair Nogueira, relator.

#### Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.346/2009

Relatório

De autoria do Deputado Adalclever Lopes, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Centro de Apoio aos Necessitados – Chuvas de Bençãos, com sede no Município de Sete Lagoas.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.346/2009 pretende declarar de utilidade pública o Centro de Apoio aos Necessitados – Chuvas de Bençãos, com sede no Município de Sete Lagoas, que tem caráter beneficente, assistencial e de promoção humana, trabalhando para valorizar o indivíduo e a comunidade em que se encontra.

Dessa maneira, pratica a filantropia assistindo os habitantes desamparados pela sociedade, sem discriminação de nenhuma natureza, zelando sempre pela melhoria das condições de vida de seus assistidos, no intuito de assegurar-lhes condições para o exercício da cidadania.

Esclareça-se que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem por finalidade acrescentar ao art. 1º o nome do Município sede da entidade.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.346/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2009.

Ivair Nogueira, relator.

**Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.413/2009**

Relatório

De autoria do Deputado Ademir Lucas, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Conjunto Castelo Branco e Cancelinha – Castcan –, com sede no Município de Esmeraldas.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.413/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Conjunto Castelo Branco e Cancelinha, com sede no Município de Esmeraldas, que tem como finalidade trabalhar em defesa dos direitos dos cidadãos da comunidade e pela melhoria de sua qualidade de vida.

Congregando órgãos e pessoas interessadas em ampliar e fortalecer a capacidade socioeconômica da região, a entidade reúne recursos materiais e humanos para a execução de programas ligados à vocação produtiva local.

Em especial, reivindica junto às autoridades competentes melhorias nas áreas de saúde, educação, energia elétrica e transporte; combate a fome e a pobreza por meio de distribuição de cestas básicas, implantação de hortas comunitárias e da capacitação de mão-de-obra para melhorar as condições de renda da população carente; presta assistência social; e zela pela conservação dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.413/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2009.

Ivair Nogueira, relator.

**Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.414/2009**

#### Relatório

De autoria do Deputado Gilberto Abramo, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Aprender Profissionalizar, com sede no Município de Belo Horizonte.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.414/2009 tem por escopo seja declarado de utilidade pública o Instituto Aprender Profissionalizar, com sede no Município de Belo Horizonte, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 2008, que tem como objetivo congregar as pessoas da comunidade e implementar o seu desenvolvimento.

No cumprimento dos seus objetivos programáticos, desenvolve atividades nas áreas da assistência social, educação, cultura, saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico e assistência jurídica, sempre com intuito de promover a participação concreta na consolidação da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

Diante dessas considerações, é oportuna a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.414/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2009.

Ivair Nogueira, relator.

### **Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.415/2009**

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

#### Relatório

De autoria do Deputado Irani Barbosa, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Dependente dos Moradores dos Bairros Santa Margarida, Santana e Adjacências, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.415/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Dependente dos Moradores dos Bairros Santa Margarida, Santana e Adjacências, com sede no Município de Ribeirão das Neves, que presta relevantes serviços aos habitantes locais.

É importante mencionar que ela coordena as obras e movimentos sociais dos moradores dos citados bairros, buscando solucionar as suas pendências mais importantes relacionadas com a saúde, educação, lazer, habitação, saneamento básico, segurança, transporte e preservação do meio ambiente.

Além do mais, combate a fome e a pobreza, assiste e ampara a criança, o jovem e o idoso e representa a comunidade junto a órgãos públicos e entidades privadas, fazendo reivindicações diversas.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.415/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2009.

Ivair Nogueira, relator.

### **PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**

#### **63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA**

Discursos Proferidos em 4/8/2009

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, imprensa. Primeiramente, Sr. Presidente, gostaria de saudar os nobres colegas e desejar que na retomada dos trabalhos, mais uma vez, nos dediquemos às causas importantes do povo de Minas Gerais e que possamos progredir com os bons projetos que tramitam nesta Casa. Assim, quero chamar a atenção para o projeto que está na pauta, que trata da estatização da Codemig. A nossa bancada já se posicionou favoravelmente a esse projeto no 1º turno e

continuaremos mantendo essa posição, apesar de desde o início considerarmos que era preciso uma tramitação mais tranquila para avaliarmos com mais profundidade os impactos e as repercussões dessa proposição. Mas, no geral, esse projeto em particular traz um tema que merece reflexão. Somos do PT, de uma tradição política que sempre defendemos: a capacidade de ação, de intervenção do Estado para proteger e garantir os interesses, os serviços e a qualidade de vida do cidadão, por meio de gestão, atuação e intervenção.

No Brasil, felizmente, estamos - isso também está se sinalizando em todo o mundo - saindo de uma crise que poderíamos muito bem caracterizar como a crise da noção do Estado mínimo. Trata-se de uma noção que encontrou em nosso país, em Minas Gerais e nesta Casa adeptos fervorosos. Mas é interessante também observar que no Brasil e lá fora, principalmente, ficou evidente que, quando a crise se estabelece, acorrem ao Estado para pedir proteção. Esse mesmo Estado que muitos defendiam e ainda defendem que seja o Estado mínimo. Então, pedem socorro ao Estado para que faça a intervenção necessária. Assistimos ao investimento de somas fabulosas de recursos em todo o mundo para socorrer empresas capitalistas em crise. Portanto, se há uma lição que podemos tirar dessa crise, é que o Estado recupera a sua legitimidade, a compreensão de que é preciso ter instrumentos capazes e eficientes para não só normatizar e regular a economia e a vida social, mas, principalmente, para atuar, intervir e arbitrar em muitas medidas e situações, como a que a crise trouxe.

O sistema financeiro ficou mais em evidência, mas sabemos que a crise alcançou praticamente todos os setores econômicos e sociais. Estamos sofrendo menos aqui, no Brasil, e certamente sairemos primeiro da crise - como estamos saindo - em comparação à maioria dos outros países, porque tivemos uma política econômica e uma ação que fortaleceram o Estado brasileiro desde o primeiro momento do governo Lula. Não estivesse o Estado brasileiro forte e habilitado o suficiente para fazer intervenções na economia ao longo dos últimos anos, certamente o estrago seria muito maior e mais prejudicial ao nosso povo.

Sr. Presidente, gostaria de apresentar aos nossos colegas e ao público que nos acompanha pela TV Assembleia duas ações pioneiras em Minas Gerais que podem crescer - e defendemos que cresçam. Durante o recesso, participamos do lançamento de dois bancos comunitários. O primeiro deles ocorreu na cidade de Chapada Gaúcha, onde foi criado o Banco Comunitário Chapadense e lançada esta moeda que apresentamos neste momento, a moeda vereda, de circulação local, por meio de um processo totalmente legalizado, institucionalizado e oficializado, como o apoio da Fundação Banco do Brasil, da Diretoria de Menor Renda do Banco do Brasil e do Banco Central. A experiência de sucesso do Banco Palmas nasceu no Ceará e é reconhecida hoje além das fronteiras brasileiras. O outro banco foi lançado na cidade de Uruana, o Banco Comunitário Sussuarana, com a moeda local que apresentamos neste momento, a uruana.

Esperamos que essas duas iniciativas também tenham sucesso, a exemplo do Banco Palmas, e que haja dinamização da economia local, promovida pela atuação dos bancos comunitários e a instituição das moedas locais. Essas comunidades vêm compor o esforço, o apoio, o fortalecimento e a promoção do que se convencionou chamar de economia solidária. É uma alternativa que valoriza a cooperação, o associativismo, a organização social e aponta para a necessidade de implantar, nos pequenos Municípios e nas pequenas comunidades, ações convergentes, sinérgicas, que organizem arranjos produtivos locais a partir das vocações regionais e utilizem a capacidade, a cultura, os saberes e os fazeres daquela comunidade, para auxiliar a promoção do desenvolvimento sustentável e a dinamização econômica.

Estamos falando de duas cidades do Noroeste de Minas Gerais, na Bacia do Rio Uruçua, que estão no âmbito de um projeto já antigo, iniciado em 2000 ainda. Trata-se de um programa de desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Uruçua, que criou novas institucionalidades; o Banco Comunitário Chapadense, em Chapada Gaúcha, com a moeda vereda, uma moeda social, comunitária, de circulação local; e o Banco Sussuarana, com a moeda uruana, na cidade de Uruana de Minas.

Esperamos que essas comunidades possam efetivamente, como aconteceu até aqui, assumir a gestão, o controle e a mobilização social para que essas iniciativas se afirmem e possam fazer, por meio da valorização e do uso sistemático da moeda local, com que as divisas, que nas pequenas comunidades são poucas, não fujam da economia local. A circulação das moedas locais tem este objetivo principal: garantir que os recursos, que as divisas locais circulem na própria comunidade, valorizando os produtos e a economia locais e dinamizando os pequenos empreendimentos solidários de cada uma dessas comunidades. Esperamos que essas experiências sejam positivas e que possam ser ampliadas para as demais comunidades do Vale do Uruçua, apoiando os artesãos, os agricultores familiares, os pequenos empreendimentos locais, principalmente os das cadeias produtivas que estão no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Uruçua, capitaneado há muitos anos pelo apoio da Fundação Banco do Brasil, do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Integração, da Embrapa, do Sebrae, do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil, que envolve as cadeias do turismo, da fruticultura e de frutos do cerrado, da mandiocultura, da apicultura e, agora mais recentemente, do leite.

Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez gostaríamos de apresentar a vocês principalmente a moeda vereda pelo simbolismo que tem para as nossas Minas Gerais, pelo simbolismo regional para a Bacia do Rio Uruçua, que é uma das principais, ao lado da Bacia do Rio Paracatu, contribuintes da margem esquerda da Bacia do São Francisco. Além disso, queremos celebrar os avanços, as conquistas para o desenvolvimento sustentável e regional da Bacia do Rio Uruçua.

Quero saudar aqui também nesta fala, Sr. Presidente, o trabalho pioneiro, meritório da Agência de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Bacia do Rio Uruçua, popularmente conhecida como Vale do Uruçua, que tem coordenado essas iniciativas ao longo do tempo.

Saudamos também a Coopabase, uma nova institucionalidade que agora vem compor esse esforço e coroar a organização dos pequenos produtores, dos agricultores familiares do Vale do Uruçua, que é a cooperativa Coopabase. Ela trabalhará principalmente no apoio ao artesanato, à fruticultura, à fruticultura do cerrado, ao extrativismo dos frutos do cerrado, à cadeia do mel e da mandioca, adicionando valor a esses produtos e auxiliando a sua comercialização.

Queremos anunciar que agora daremos início, no Vale do Uruçua, junto à Codevasf, com recurso do Ministério da Integração Nacional, a um processo do Programa Nacional de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Trata-se da implantação e execução de 13 mil barraginhas, as microbarragens, a fim de garantir que as águas da Bacia do Rio Uruçua, que chegam ao São Francisco, aumentem o volume e, antes de chegar ao São Francisco, sejam disponibilizadas com qualidade e quantidade suficiente para garantir a produção local. Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradecemos a oportunidade.

**O Deputado Carlin Moura\* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, ilustres colegas Deputados e Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, público presente, primeiramente quero cumprimentar a todos pelo retorno ao trabalho parlamentar aqui, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Cumprimento também os trabalhadores da imprensa presente. Hoje tivemos uma boa notícia. O Secretário de Comunicação Social do Governo do Estado recebeu a Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação e comprometeu-se a realizar a Conferência Estadual de Comunicação. Sem dúvida nenhuma, trata-se de uma boa notícia para os comunicadores do Estado, a realização da Conferência Estadual de Comunicação, preparatória para a Conferência Nacional de Comunicação.**

**No retorno ao trabalho legislativo, quero falar de boas coisas, de boas notícias. Venho manifestar, mais uma vez, a alegria de ter participado da recepção, da visita do nosso Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na última sexta-feira, dia 31 de julho, a Belo Horizonte. Ele veio acompanhado dos Ministros do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias; do Trabalho; do Turismo; e também do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulce.**

**O Presidente Lula fez questão de vir a Belo Horizonte para a formatura da primeira turma do programa do Plano Setorial de Qualificação Profissional, para beneficiários do Bolsa-Família, o Planseq Bolsa-Família. Trata-se de um programa destinado aos beneficiários do Bolsa-Família e que visa dar-lhes formação profissional, qualificação. Na primeira turma do Planseq de Minas Gerais, formaram-se 457 alunos das cidades de Belo Horizonte, Betim, Florestal, Matozinhos, Rio Manso e Nova Lima. Estão ainda em fase de estudo, somente da Região Metropolitana de Belo Horizonte, mais 746 alunos.**

**O Planseq Bolsa-Família é uma ação coordenada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e que tem à frente o grande Ministro mineiro, Patrus Ananias, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. O Planseq tem como meta qualificar 172 mil beneficiários do Bolsa-Família em todo o País, sendo 146 mil na área da construção civil, e 25 mil na área do turismo. Aqui em Minas a primeira turma que se formou foi da área da construção civil. Formaram-se pedreiros, pintores. E o que chamava a atenção no ato de entrega dos diplomas era a grande presença feminina. Eram mulheres que são arrimo de família e que hoje, beneficiárias do Bolsa-Família, passam a ter uma perspectiva diferenciada, uma perspectiva de formação profissional para inserção no mercado de trabalho.**

Considero que esse programa de inclusão social promovido pelo Bolsa-Família, sem dúvida nenhuma, é o maior programa de inclusão social em curso no País, que tem promovido o combate à pobreza e à exclusão social. O Bolsa-Família, em um primeiro momento, recebeu muita crítica e muita resistência por parte daqueles que não tinham a compreensão do que significava fazer a inclusão social por meio de programas como esse. Muitos criticam o Bolsa-Família como se fosse um programa assistencialista. O Presidente Lula, no ato da entrega dos diplomas, mostrava que o Bolsa-Família é uma oportunidade nova que se dá às pessoas que estão abaixo da linha de pobreza com o objetivo de que elas passem a ter condições de sobrevivência e ascendam socialmente.

No ato da diplomação, por exemplo, o Presidente Lula fez uma homenagem especial a uma pedreira que se formou na primeira turma aqui de Minas Gerais. Era uma dona de casa, beneficiária do Bolsa-Família, que recebia R\$85,00 de ajuda mensal para criar dois filhos menores. Por meio dessa qualificação profissional, fez um curso de pedreira, formou-se pedreira e já recebeu sua Carteira de Trabalho assinada pela Construtora Líder. Então, essa senhora, essa dona de casa, essa mulher, que é arrimo de família, deixa de receber hoje R\$85,00 do Bolsa-Família e passa a ter a carteira assinada como meio oficial pedreiro e um salário de R\$616,00, mostrando que quando se dá oportunidade às pessoas de se formarem, elas ascenderão socialmente.

Foi uma belíssima atividade. O Presidente Lula mostrou-se muito emocionado no evento porque ele representa um aspecto da política pública brasileira que há muito havia sido esquecido. O Brasil tem a marca, desde os últimos 40 anos, de forte crescimento econômico, mas que jamais veio acompanhado da inclusão social. O Presidente Lula, quando assumiu o governo do Brasil em 2002, não deixou de se despreocupar, não deixou de lado a política econômica, a política do crescimento econômico do Brasil, mas deixou claro que de nada adianta promover o crescimento econômico se não for promovida a inclusão social de trabalhadores e trabalhadoras. Não é em vão que os programas de inclusão social do Brasil - como o Bolsa-Família, a erradicação do trabalho infantil, entre outros - receberam, somente em 2008, investimentos de R\$33.000.000.000,00. Então, consideramos que esse Planseq, que essa qualificação profissional para os beneficiários, seja uma nova sistemática que o Brasil passa a adotar: a de preparar pessoas para o mercado de trabalho. Isso é importante porque possibilita para o setor produtivo brasileiro, para o mercado de trabalho brasileiro, pessoas mais qualificadas para trabalhar e gerar renda e emprego para o Brasil.

O Presidente Lula também chamava a atenção para o fato de o Bolsa-Família ser um mecanismo que faz circular o dinheiro no mercado brasileiro, fortalecendo o mercado interno e o consumo e, conseqüentemente, o volume de vendas, além de, especialmente, o padrão de vida das famílias brasileiras. Esse programa é de fundamental importância para os atuais beneficiários do Bolsa-Família. É importante explicarmos às pessoas que a ação nacional de qualificação e inserção profissional para os beneficiários do Bolsa-Família, o chamado Plano Setorial de Qualificação - Planseq Bolsa-Família -, está direcionada àqueles que fazem parte do Bolsa-Família. Neste primeiro momento, esse Plano está voltado para a formação na área da construção civil e turismo, muito em sintonia com a necessidade atual do Brasil de formar pessoas habilitadas e capacitadas para dar continuação e fazer avançar as obras do PAC, que está em curso hoje no País.

As pessoas que quiserem participar do Planseq podem fazer diversos cursos, como de pintor, armador e montador, carpinteiro, azulejista, encanador, mestre de obras, auxiliar de escritório, electricista, pedreiro, reparador, almoxarife, gessista, desenhista, projetista e operador de trator. Elas podem procurar o Sine de sua cidade, a Secretaria de Desenvolvimento Social do seu Município, os Centros de Referência de Ação Social - Cras - ou as chamadas Casas das Famílias. Em alguns Municípios encontramos os Cras, em outros a Casa das Famílias.

É importante referendar esse tipo de política incursa no Brasil porque precisamos, acima de tudo, enfrentar a grande desigualdade social ainda vigente neste país. Esse enfrentamento é necessário. Recentemente, o Prof. Marco Aurélio Weissheimer lançou importante obra, denominada "Bolsa-Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil". Recomendo a leitura dessa importante obra, principalmente para que possamos combater o preconceito que ainda vigora em alguns setores da sociedade brasileira. Refiro-me àquilo que o Presidente Lula muito bem disse em seu pronunciamento durante a formatura. Ele falou sobre a ignorância de alguns, sobre a imbecilidade daqueles que insistem em não compreender a importância de programas de inclusão social, como é o Bolsa-Família, e, agora, sua extensão com a formação e a qualificação profissional. O Presidente Lula lembrava como as pessoas ainda têm resistência em compreender a importância desse tipo de programa.

Devemos compreender, conforme diz o Prof. Marco Aurélio, que no Brasil os 10% mais ricos da população são donos de 46% do total da renda nacional, enquanto os outros cerca de 50% mais pobres, ou seja, 87 milhões de pessoas, ficam com apenas 13,3% do total da renda nacional. Temos 14,6 milhões de analfabetos e, pelo menos, 30 milhões de analfabetos funcionais, aqueles que sabem escrever seus nomes, mas que não sabem ler bem. Menos de 70% da população de 7 a 14 anos que frequenta a escola conclui o ensino fundamental. Apenas 22% da população da faixa de 18 a 25 anos terminou o ensino médio. Os negros são 47,3% da população brasileira, mas correspondem a 66% do total de pobres.

Por isso é importante, cada dia mais, aplicarmos mais na inclusão social, na área do desenvolvimento social. Nesse aspecto, o Ministro Patrus Ananias tem feito um excelente trabalho, de grande dinamismo e vigor, à frente do Ministério de Desenvolvimento Social. Isso tem contribuído, em muito, para reduzir a pobreza no País. O Parlamento brasileiro, as Câmaras Municipais, a Assembleia Legislativa, a Câmara Federal e o Senado Federal, tem de ganhar o seu precioso tempo discutindo questões como essas, voltadas para os interesses do povo, e não ficar discutindo interesses menores e eleitoreiros que hoje têm pautado tanto a Câmara Federal e o Senado Federal da República, especialmente por aqueles que durante anos governaram este País e nunca olharam para os pobres. Eles, hoje, morrem de medo de que o Presidente Lula, em 2010, dê prosseguimento a esse projeto de desenvolvimento nacional, com inclusão social.

Nesta oportunidade, eu quero parabenizar o Presidente Lula por mais essa visita a Minas Gerais. E, de forma muito especial, eu quero parabenizar o nosso Ministro Patrus Ananias por mais esse importante passo na inclusão social fazendo a formação profissional dos beneficiários do Bolsa-Família.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Deputados, Deputadas, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia e servidores, gostaria de tratar da retomada dos trabalhos legislativos deste semestre e da agenda que está colocada para esta Casa. Início referindo-me à nosso companheiro, Deputado Almir Paraca, em relação à importância da aprovação das alterações no Código Florestal de Minas Gerais.

É muito importante que Minas Gerais tenha uma lei que, de fato, proteja a nossa mata nativa e promova o desenvolvimento com respeito ambiental. Não é possível, hoje, haver fundamentalismo de um lado nem de outro. O desenvolvimento a qualquer custo é nefasto para a população no curto, médio e longo prazo, principalmente. É fundamental garantir a nossa biodiversidade, as nossas nascentes, o ar que respiramos e a água que tomamos. Então qualquer modelo de desenvolvimento deve levar muito em conta a questão ambiental. É importante a adoção do cronograma de redução progressiva de utilização de mata nativa como fonte energética primária, bem como a efetivação do rastreamento eletrônico.

Sr. Presidente, a outra questão, colocada para todos nós, - às vezes esse é um assunto que passa ao largo da preocupação de muitos - refere-se aos inúmeros projetos de lei apresentados pelos Deputados e Deputadas, projetos que, muitas vezes, por uma incompreensão do gestor, pelo receio do aumento de despesa, ficam paralisados em sua tramitação nesta Casa Legislativa.

É importante - tenho a certeza de que falo também em nome dos Deputados do PT, do PCdoB, e talvez de todos os partidos - notar que, sempre que se ouve falar de prioridades do trabalho legislativo, só aparecem projetos do governo, do Executivo, até mesmo nessa retomada. Precisamos falar, sim, dos projetos do Executivo, como esse que altera o nosso Código Florestal, mas também devemos mencionar projetos importantes originários de Deputadas e de Deputados desta Casa. Eu mesmo tenho uma série de projetos que atualizam toda a legislação da política de assistência social no Estado de Minas Gerais. A legislação da política pública de assistência em Minas é de 1996. De lá para cá aconteceram inúmeras transformações, inúmeros programas foram criados, como a Política Nacional de Assistência Social, a implantação do Sistema Único da Assistência Social - Suas -, a unificação dos programas de transferência de renda. Há um clamor dos militantes da assistência social, que, neste ano, realizam mais uma conferência estadual, para normatizar, para legalizar, para regulamentar os benefícios que estão hoje em curso no País com a ação efetiva do governo Lula e do Ministro Patrus Ananias. Portanto, é muito importante que aproveemos essa legislação atualizada para a assistência social, assim como outras leis importantes, outros projetos de Deputadas e Deputados.

Exponho aqui um ponto para a nossa reflexão: ao acertarmos politicamente a agenda legislativa do semestre, devemos também acertar as prioridades temáticas apresentadas por todas as Deputadas e por todos os Deputados desta Casa.

Outro ponto importante - fico à vontade para falar sobre isso porque sou Deputado da Oposição, mas sei que direi aqui uma coisa que todo Deputado da base do governo quer dizer também e que, às vezes, diz somente no cafezinho -: é preciso começar a fazer o pagamento das emendas parlamentares. Os Deputados têm a prerrogativa de apresentar as emendas que atendem os Municípios, que atendem as regiões. Não consigo compreender por que o mecanismo de pagamento de emenda parlamentar, Deputado Wander Borges, não segue o cronograma da execução média dos outros programas e iniciativas do governo do Estado. Considero muito importantes algumas ações, e eu mesmo tenho emendas de implantação de Cras, ações na área da criança e do adolescente, na recuperação de estradas, na implantação de equipamentos na área de esporte, de lazer e de cultura.

Sabemos que a execução orçamentária do primeiro semestre ficou aquém da média ideal. Esse monitoramento, do qual participei ativamente, é feito pela Assembleia em conjunto com a sociedade. Praticamente metade das ações do governo vinculadas aos projetos estruturadores têm hoje uma execução orçamentária baixíssima, mas outras ações estão mais adiantadas. É importante também que este semestre seja de apoio aos Prefeitos, de apoio aos Municípios, que enfrentaram e enfrentam uma grave crise econômica que tem um impacto ainda maior no Estado de Minas Gerais, que ainda tem uma economia quase que colonial. Basicamente 54% das nossas exportações são de café e minério de ferro, e, o pior, sem agregação de valor, o que impactou a nossa economia. Portanto, é importante também que todas essas ações que dizem respeito aos Municípios de Minas Gerais sejam agilizadas.

Outro aspecto importante diz respeito ao Orçamento e à revisão do Plano Plurianual, que faremos em outubro e novembro nesta Casa. Neste semestre a Assembleia aprovará o Orçamento e a revisão para o último ano do governo Aécio Neves. É importante que nos debruçemos de maneira muito detalhada e metódica sobre os 57 projetos estruturadores do governo do Estado, passemos um verdadeiro pente fino sobre o conjunto das ações realizadas e avaliemos as que precisam de maior reforço orçamentário, para que as metas previstas nas legislações orçamentárias sejam efetivamente cumpridas. E é importante que façamos isso novamente com o conjunto da sociedade, seguindo o trabalho que realizamos com as Comissões de Fiscalização Financeira e de Participação Popular, esta presidida por mim. Ressalto novamente a importância disso tudo: vamos votar, repito, o último Orçamento do governo Aécio Neves.

Outra iniciativa institucional muito importante para este segundo semestre é o Parlamento Jovem, que a Assembleia realiza desde 2004 por uma parceria entre a PUC Minas e a Comissão de Participação Popular. Neste semestre teremos mais uma edição do Parlamento Jovem, apontando para a sua interiorização no ano que vem. Precisamos motivar, mobilizar, suscitar o debate político e sobre as políticas públicas no meio da nossa juventude, lembrando que há 50 milhões de jovens em nosso país. Também estaremos atentos ao cumprimento da legislação estadual de minha autoria, votada por esta Casa e sancionada pelo Governador Aécio, que trata da política da juventude no Estado de Minas Gerais. O Parlamento Jovem é um mecanismo muito eficiente de mobilização dos jovens, uma experiência que deu certo em BH e cuja interiorização a Assembleia começa a preparar agora.

Realizaremos também nesta Casa ciclos de debate e seminários legislativos relevantes. Já no final do agosto, por exemplo, um ciclo de debates vai recuperar os 30 anos de luta pela anistia em nosso país; teremos também um seminário para tratar da importância das políticas de esporte para a infância e a adolescência. Ou seja, será um semestre legislativo de muito trabalho, e esperamos que a sociedade de fato colabore, contribua conosco e participe efetivamente de cada evento, iniciativa e projeto. Mas manifesto aqui essa preocupação principal: que agilizemos, estabelecendo prioridades e considerando uma hierarquia, projetos de lei que versem sobre matérias importantes para o Estado.

No tempo que me resta, Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar a nossa imensa alegria com as boas notícias e boas iniciativas para o Estado e para o País trazidas na última sexta-feira pelo Presidente Lula e pelo querido Ministro Patrus Ananias. Em ano de pleno enfrentamento de uma crise econômica sem precedentes, o governo federal não segue a receita clássica dos segmentos conservadores e tradicionais, que nesses momentos sempre apelam para a tesoura no investimento social, o corte nos gastos nessa área. Ao contrário, o Presidente Lula e o Ministro Patrus vieram a Minas Gerais anunciar a correção do valor destinado ao programa Bolsa-Família em índices até superiores ao Índice de Preços ao Consumidor, com um reajuste de praticamente 10% na renda transferida e com a ampliação do programa, neste ano, para milhares de famílias, mostrando que a melhor forma de enfrentar a crise é exatamente redistribuir a renda.

Existe a preocupação de o Bolsa-Família não ser um fim em si mesmo, mas um instrumento de promoção e de estímulo para que as famílias caminhem com as suas próprias pernas e de maneira autônoma. Assim, a formatura de centenas de futuros trabalhadores no PAC, qualificados pelo governo federal, atesta a combinação de transferência de renda com condicionalidade. As crianças estão na escola e vacinadas e também há as iniciativas de qualificação profissional e de inclusão produtiva para as famílias que hoje são beneficiárias do Bolsa-Família, o maior programa de transferência de renda. Não tenho dúvida em dizer que esse é o maior e melhor programa de transferência de renda já existente no País, que hoje dá exemplo ao mundo inteiro com o conjunto das suas políticas sociais.

Concluindo, também neste segundo semestre, Sr. Presidente, será efetivada uma grande conquista para a área de segurança alimentar e nutricional e para a agricultura familiar em Minas Gerais e no Brasil. Trata-se da obrigatoriedade, a partir deste semestre, de no mínimo 30% do gasto com a alimentação escolar ser destinado à aquisição de produtos da agricultura familiar, estimulando-a, distribuindo a renda, ativando as economias locais e melhorando a qualidade nutricional de crianças e jovens, inclusive do ensino médio, cobertas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Portanto, parabéns, Presidente Lula, parabéns, Ministro Patrus Ananias, pelas iniciativas que resgatam a dignidade do cidadão em Minas e em nosso país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Wander Borges - Sr. Presidente, demais Deputados, quero fazer uma saudação neste retorno para mais um semestre de trabalho e trazer um assunto que já é objeto de discussão nesta Casa: a BR-381. Infelizmente, temos que voltar a esta tribuna para cobrar do governo, através do Ministério dos Transportes e do DNIT, o cumprimento das promessas feitas, que incluem até a instalação de radares ao longo do trecho de Belo Horizonte a João Monlevade. Naquela época, numa audiência com o Ministro dos Transportes e com o pessoal do DNIT, ficou acertado que, num prazo de 30, 40 dias, estariam ali os radares, na tentativa de diminuir a velocidade dos veículos e dar mais segurança e comodidade aos motoristas que transitam pela BR-381.

Infelizmente, a carnificina continua. Hoje mesmo já tivemos mais um acidente na BR-381, no trecho citado por nós desde o início deste ano. Diga-se de passagem, falaram que os projetos estariam prontos, e não há projeto pronto. Precisamos exigir que o governo federal tome as providências para elaborar esses projetos, para que possamos vislumbrar, num futuro bem próximo, essas obras, que são de vital importância não só para Minas Gerais, mas para o Brasil. E que elas diminuam o número de mortes ali.

É claro que sabemos que alguns acidentes acontecem também por imprudência dos motoristas, mas o que mais nos chama a atenção é que os trechos onde ocorrem os acidentes são os mesmos, demonstrando claramente que os imprudentes são imprudentes naqueles trechos e não são em outros.

Então, temos um traçado geométrico ultrapassado. O número de veículos, sobretudo de ônibus e caminhões, cresce cada vez mais neste país, fazendo com que aquela rodovia seja hoje uma rodovia urbana. Se há algum acidente, ficamos duas, três, quatro, cinco horas parados na BR-381, como aconteceu na semana próxima passada. Infelizmente, ocorre diariamente uma grande quantidade de acidentes, muitos deles com vítimas fatais.

Outro assunto que me traz a esta tribuna é a questão das prefeituras. A redução do IPI promovida pelo governo trouxe, na sua ponta, um aumento na venda de alguns produtos, principalmente de veículos automotivos. Todavia, na outra ponta, com o imposto de renda, essa redução do IPI, que faz parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM -, está deixando as prefeituras com uma arrecadação abaixo da projetada no Orçamento do ano passado. A redução está atingindo 10%, 15% e, em algumas prefeituras, chega a 20%, 30%. Como cumprir um orçamento e levar investimentos e benefícios às populações desses Municípios, se as prefeituras são as principais prejudicadas com a ação do governo? A compensação que houve ainda não gerou o resultado necessário para que se equilibrassem as receitas das prefeituras. Isso tem de ser novamente discutido, a fim de que as prefeituras alcancem o seu reequilíbrio econômico-financeiro e cumpram plenamente os seus orçamentos.

Na semana passada, estive no congresso da nova central sindical. A questão dos aposentados e pensionistas deste país era um dos assuntos sobre os quais não paravam de falar. Realmente é uma situação que tem de ser reavaliada. Quem aposentou com oito, quatro, três salários mínimos, daqui a pouco, receberá menos de um. Por quê? É muito simples avaliarmos isso. Se corrigimos o salário mínimo a 10%, de R\$400,00 passará para R\$440,00. Se pegarmos como exemplo um aposentado e corrigirmos os dois salários mínimos - R\$800,00 - que ganha apenas pela inflação a 2% ou 3%, haverá um acréscimo de R\$10,00 ou R\$12,00. O que acontece ao longo dos anos? Um salário está se aproximando do outro não para a melhora exclusiva do salário mínimo, mas para a redução permanente do salário dos aposentados e pensionistas. Essa avaliação tem de ser feita. Não basta apenas fazer a correção monetária com os índices inflacionários, seja o IGP-DI, o INPC, ou qualquer outro índice governamental. Realmente é preciso fazer a correção com aumento real, ou seja, acima dos índices inflacionários, para que o aposentado e o pensionista não fiquem tão prejudicados. Hoje esse pessoal gasta aproximadamente 50% da sua remuneração na busca de remédios - aliás, remédios esses que não são cobertos pela caminhada, sobretudo dentro do SUS. Muitos desses remédios colocados à disposição ou receitados pelos médicos não fazem parte da lista básica do SUS. Então o coitado do aposentado, que se aposenta com o sonho de ter uma vida melhor e, após anos e anos trabalhados, gozar realmente de serenidade e tranquilidade no fim da vida, acaba vivendo um martírio permanente de sobrevivência. Essa questão tem de ser discutida pelo governo federal, ou seja, essa discussão tem de ser feita no País. É preciso fazer a reavaliação das aposentadorias e das pensões dos nossos companheiros de cima a baixo, para não vermos, cada dia mais, aposentados e pensionistas morrendo à míngua. Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade.

O Deputado Weliton Prado - Inicialmente, gostaria de saudar a todos e a todas. O problema da gripe suína tem chamado minha atenção. Trata-se de uma grande preocupação da população não só de Minas Gerais, mas do Brasil e do mundo. A preocupação torna-se ainda maior porque sabemos que neste Estado o sistema de saúde está um caos. O governo tem um déficit de bilhões e bilhões na área da saúde, pois não aplica os 12%, como manda a legislação. Além disso, há vários questionamentos quanto à postura do Secretário de Saúde frente a essa situação. Aliás, aproveito a oportunidade para cobrar dele sua responsabilidade. Infelizmente, ele não tem humildade nem para atender os seus próprios colegas desta Casa, nem mesmo os próprios Deputados da base do governo. Os Deputados do mesmo partido do Secretário de Saúde não conseguem agendar com ele uma conversa com o intuito de levar as reivindicações de suas bases eleitorais e de suas regiões. Os Deputados não conseguem ser atendidos pelo Secretário. Quantas e quantas vezes vimos Deputados nos corredores desta Casa reclamando do posicionamento do Secretário de Saúde!

Nunca utilizei a tribuna da Assembleia para falar de questão pessoal, não é o nosso objetivo, mas é uma questão política seriíssima a conduta do Secretário de Saúde. Parece-me que ele está muito mais preocupado com o processo eleitoral, em fazer campanha, do que com a saúde no Estado. Então, deixo o nosso questionamento ao Secretário e a nossa preocupação com essa situação.

O problema da gripe suína foi manchete nos principais jornais da cidade. O jornal "O Tempo" mencionou que o sistema de saúde não está preparado para a pandemia: "Gripe suína - sistema de saúde apresenta falhas no combate à doença. As duas mortes suspeitas de gripe suína em Minas Gerais demonstram que o sistema de saúde não está preparado para a epidemia. Os pacientes demoraram dias para serem atendidos e não conseguiram vagas nos hospitais de referência".

Essa é a nossa grande preocupação. Gostaria até de uma justificativa do próprio Governador, que adiou a volta às aulas para o dia 10, com o objetivo de dar uma preparação, um treinamento aos professores para receberem os alunos. Ontem, que deveria ser o primeiro dia de aula, sabe qual foi a preparação? Nenhuma. As portas das escolas do Estado de Minas Gerais estavam fechadas. Os professores que foram até a escola tiveram de voltar para casa porque as escolas estavam fechadas. Os professores não tiveram nenhum processo de treinamento e de preparação quanto ao problema da gripe suína, motivo inicial para se adiarem as aulas. O que aconteceu não foi um adiamento das aulas por causa da gripe suína, mas um prolongamento das férias, porque os professores, até o momento, não passaram por nenhum processo de preparação.

Deixamos o nosso questionamento e a indignação, minha e de vários colegas desta Casa, em relação à postura do Sr. Marcus Pestana, Secretário de Saúde. Infelizmente, somos obrigados a ocupar esta tribuna para cobrar um posicionamento de um colega que, aliás, é parlamentar, mas que não tem humildade de receber os seus próprios colegas Deputados para ouvir reivindicações, reclamações e o clamor do povo.

As preocupações na área da saúde são muitas. A propósito, encontra-se presente nosso companheiro Deputado Adelmo Carneiro Leão, que é médico e que reconhece a aflição do povo no que diz respeito às demandas na área de saúde. Lamentavelmente, o Secretário de Saúde não dá resposta à altura à população de Minas Gerais. Mais uma vez, cobramos uma postura do Sr. Marcus Pestana, Secretário de Saúde, e também do Sr. Aécio Neves, Governador de Minas Gerais, em relação a essa questão. Peço que, no restante desta semana, as regionais se mobilizem e garantam a preparação para que os professores possam receber milhares e milhares de alunos em todo o Estado.

Uma outra preocupação que também gostaria de compartilhar relaciona-se a uma grande reivindicação não só da população do Triângulo Mineiro, mas também de outras regiões do Estado, como o Norte e o Leste. Trata-se do posicionamento do governo em relação à centralização do serviço de impressão da Carteira Nacional de Habilitação - CNH -, pois desativaram as regionais que confeccionavam essa Carteira. Houve desativação das gráficas no interior, como em Uberlândia, no Triângulo Mineiro. Está havendo uma grande preocupação por parte da população, pois demora-se atualmente mais de 90 dias para adquirir a CNH, aliás há muitas pessoas perdendo o emprego em virtude disso. Quero parabenizar os programas locais, o Potinho, do programa Chumbo Grosso; o Amarelado Maciel, do Linha Dura, e o Sr. Marcos Maracanã, do Balanço Geral, que cobram permanentemente isso. Cobramos também um posicionamento do governo do Estado em relação à confecção dessas Carteiras, que não estão sendo mais confeccionadas em Uberlândia, e sim em Belo Horizonte. Isso está demorando mais de 45 dias, leva até 90 dias para o documento ficar pronto. Então, está havendo uma grande insatisfação por parte da população. De acordo com as informações da imprensa local, 8 mil CNHs eram emitidas por semana em Uberlândia. Solicitamos então a imediata volta da confecção dessas Carteiras em todas as regionais do Estado e, de forma muito especial, em Uberlândia, onde está havendo muitos transtornos. Aliás, tenho aqui matéria dos jornais que falam que motoristas esperam cerca de 40 dias para obter o documento de habilitação. Essa é uma matéria do jornal "Correio", que diz que, segundo o Detran-MG, o atraso foi gerado por mudanças na base de identificação. Às vezes fazemos mudanças e sempre queremos mudar para melhor. Infelizmente, em Minas Gerais é o contrário, está mudando para pior. Em vez de melhorar o sistema, garantir a informatização, um controle maior e agilidade, em Minas Gerais as mudanças são para pior. A Carteira, que era entregue rapidamente, atualmente demora de 40 a 90 dias para ficar pronta. Então, solicitamos a imediata volta da confecção da CNH em Uberlândia e em todas as regionais do Estado.

Em virtude disso, apresentamos requerimento em que solicitamos ao Dr. Oliveira Santiago Maciel, Chefe do Detran-MG, a imediata volta da impressão da CNH em Uberlândia e em todas as regionais. Estamos aguardando isso. Aliás, há várias matérias sobre essa questão nos jornais.

Um outro ponto que gostaria de abordar rapidamente refere-se à campanha pela revisão humanitária das tarifas da Copasa. A caravana dessa empresa está percorrendo vários Municípios de Minas Gerais. Hoje no avião peguei o "Jornal da Manhã", que mostra que os Vereadores e a população de Uberaba estão revoltados com o reajuste de 20,4% nas tarifas de água e esgoto naquela cidade. Gostaria de dizer que esse reajuste feito por meio do decreto do Prefeito Anderson Aداuto é ilegal, é inconstitucional. Aliás, já entramos com uma representação no Ministério Público em relação a possíveis reajustes, pois em Uberaba não há agência. Não foi criada uma agência lá e ainda não fazem parte da agência que foi criada em nível estadual, pois esta ainda não está pronta. Só poderia haver uma agência se a Prefeitura encaminhasse a planilha de custos para uma agência analisar se há ou não necessidade de aumentar mais de 20% da conta de água em Uberaba. Esse reajuste é ilegal. Já entramos com uma ação no Ministério Público e esperamos um posicionamento da Justiça. Lá não é Copasa, é um departamento municipal, que está obrigado a obedecer a Lei nº 11.445, de 2007. O aumento da conta de água em Uberaba é ilegal, e estamos cobrando providências do Poder Judiciário local. Encaminharemos mais representações e apresentaremos documentos e provas para demonstrar que o Prefeito Anderson Aداuto não poderia, de maneira alguma, solicitar esse aumento ilegal de mais de 20% por decreto.

Termino agradecendo à Mesa e dizendo que a caravana da Copasa estará percorrendo todas as regiões do Estado. Obrigado.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, retorno à tribuna para tratar de um tema muito discutido no primeiro semestre, que diz respeito ao programa Luz para Todos. Para nós, que somos do interior, de uma das regiões que por muitos anos teve a sua economia praticamente estacionada, sabemos da importância desse programa para a dinamização da economia.

Para o cidadão comum, companheiro Deputado Adelmo, nobre Deputado da Bancada do PT, para o cidadão que mora nos grandes centros, nas cidades, que tem acesso a toda infraestrutura urbana, para a comunidade da vida urbana falar de acesso à energia elétrica pode parecer algo muito distante da realidade. No entanto, ainda é, infelizmente, uma demanda concreta, efetiva de milhares de famílias no nosso Estado de Minas Gerais.

Assistimos há algum tempo, há coisa de um mês, a cobertura de grandes jornais do País, a "Folha de S. Paulo" trouxe uma reportagem benfeita dando conta de que somente três Estados da Federação não concluiriam até o final de 2010 as metas do programa Luz para Todos, entre os quais Minas Gerais. Os outros Estados seriam a Bahia e o Amazonas.

Não dá para admitir que uma empresa com a capacidade técnico-operacional da Cemig; com a referência de uma gestão de excelência, como acreditamos que efetivamente tem, pois vem demonstrando isso; com capacidade de operação e de financiamento; que vem tendo lucros astronômicos nos últimos balanços seja exatamente a instituição em cuja área de atuação o Luz para Todos corre risco, segundo a reportagem da "Folha de S. Paulo", de não alcançar as metas do programa.

Já manifestamos aqui e queremos novamente dizer que sabemos que a meta do governo federal é muito clara e transparente, qual seja, concluir o Luz para Todos até o final do ano que vem. Certamente não pode ser diferente com o governo do Estado. Assim como o Presidente Lula, o Governador Aécio Neves concluiu o seu segundo mandato o ano que vem e, certamente, vai querer carregar no seu currículo a marca de ter zerado a demanda de energia elétrica no meio rural. Portanto, estamos acompanhando de perto um esforço agora concentrado para essa conclusão.

Gostariamos, mais uma vez, de convidar os nobres pares para nos ajudar na negociação entre a Cemig, o governo do Estado e a Eletrobrás. Agora, como estava previsto, a Emater já concluiu o seu levantamento. Ela foi contratada pela Cemig para fazer a validação das demandas, dos pedidos de eletrificação no meio rural, a fim de certificar se aquela família, se aquele empreendedor local, rural, está, de fato, enquadrado no programa para ser atendido. Os dados, Deputado Weliton Prado, são os que passarei a relatar.

Foram validadas 115 mil ligações no Estado. Havia 130 mil cadastrados, e foram validados 115 mil cadastros. Estamos hoje com um contrato de 55 mil ligações em vigor, que estão, na verdade, começando agora. Algumas cidades começaram mais cedo um pouco, mas agora, no segundo semestre, é que as 25 mil ligações deste ano estão tendo início, e estão previstas mais 30 mil ligações para o ano que vem. Portanto, há 60 mil ligações a descoberto. A Cemig está dizendo que proporá um novo contrato para a Eletrobrás, no âmbito do Luz para Todos, para 70 mil ligações, dando aí uma margem de 10 mil ligações para o crescimento vegetativo e demandas outras que porventura não tenham chegado como cadastro até agora no sistema da Cemig.

Entendemos que a solução está, realmente, desenhada, e é uma boa solução. O que temos de fazer é acelerar, e muito, essa negociação. A última negociação se arrastou por oito meses, fazendo com que o Luz para Todos fosse interrompido por dois anos em Minas Gerais, sem um único atendimento. Fazendo uma projeção, serão seis meses, oito meses de negociação até a formalização do contrato. Depois, mais seis meses, oito meses - como já está acontecendo - para licitação, concorrência pública e formalização do contrato com as empreiteiras que vão executar o programa. Então, já estaremos no segundo semestre, no final de 2010, portanto inviabilizada a execução do programa até o final do próximo ano.

A Cemig já demonstrou que tem capacidade operacional para fazer aproximadamente 100 mil ligações no ano, o que foi feito em 2007. Portanto, as condições estão dadas para acelerarmos e resolvermos, pelo menos contratualmente, o atendimento pleno do Luz para Todos em Minas Gerais. Vamos continuar acompanhando de perto essa negociação. Esperamos poder em breve trazer essa notícia a público. Por onde andamos, no interior do Estado - e os Deputados sabem disso, pois andam nas suas bases eleitorais -, a cobrança é permanente. E todos estão confiantes de que serão atendidos nesse programa, que tem um mérito muito grande porque promove a interiorização, o desenvolvimento.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Gostaria de agradecer e fazer aqui um reconhecimento, Deputado Almir Paraca. Depois desse atraso de tantos anos, se o programa retornou, reconhecemos nisso o trabalho de V. Exa. Sabemos do trabalho conjunto de Deputados desta Casa, de forma especial o Bloco PT-PCdoB, mas, de forma mais especial ainda, do Deputado Almir Paraca. V. Exa. participou de quantas e quantas audiências! Aliás, chamou-nos para participar em Paracatu, no Noroeste, aqui, em Belo Horizonte, e cobrava, de forma insistente, um posicionamento, principalmente por parte da Cemig, para a retomada do programa. Sabemos que as ligações não são suficientes, de maneira nenhuma, como muito bem disse V. Exa. Agora são 25 mil novas ligações. É muito pouco, mas, se estão sendo instaladas, é em razão da cobrança de V. Exa., Deputado Almir Paraca. Portanto, quero parabenizá-lo e deixar aqui o nosso reconhecimento. V. Exa. realmente abraçou essa causa como uma bandeira, discutiu à exaustão, fez cobrança de forma permanente. Infelizmente, sabemos que o nosso país é desse jeito, temos de cobrar, senão as coisas não saem, não acontecem.

O que também nos deixa indignados é uma divulgação oficial, por parte da Cemig, nos veículos de comunicação, falando sobre essa nova etapa. Ela divulga um número de 200 mil ligações, o que confunde a cabeça do povo. Essa não é a realidade. Os números exatos são os que o Deputado Almir Paraca divulgou. São 25 mil ligações para este ano e mais 30 mil para o próximo. Creio que é fundamental o Deputado Almir Paraca conclamar o conjunto desta Casa e continuar essa cobrança, essa gestão, para que os novos contratos sejam assinados o mais rápido possível, para não haver uma interrupção tão longa, como aconteceu no programa.

Enfim, gostaria de parabenizá-lo. Vi, acompanhei e presenciei a luta de V. Exa., a preocupação com a retomada do programa. Se são mais 55 mil ligações, pode ter certeza de que a população tem de agradecer, de forma muito especial, o trabalho do Deputado Almir Paraca.

O Deputado Almir Paraca - Agradecemos, Deputado Weliton Prado. Quero convidá-lo a continuar a participar, como tem feito até aqui. Continue nessa luta conosco. Vamos precisar de fazer uma visita à Eletrobrás, apresentar essa posição oficial, formal, e esclarecer alguns pontos, para que esse novo contrato aconteça o mais rápido possível e, assim, possibilitar a execução plena de um programa de tal mérito, como o Luz para Todos. Muito obrigado.

Gostáramos ainda, Sr. Presidente, de fazer um convite a toda a comunidade regional do Noroeste de Minas, do Triângulo, do Norte de Minas, região central do Estado, para a 23ª Exposição Agropecuária Comercial Industrial de Paracatu.

Quero parabenizar a Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu - Coopervap -, o Sindicato dos Produtores Rurais de Paracatu, realizadores desse grande evento, da exposição de Paracatu, que marca e já é tradicional para toda a região Noroeste de Minas. Essa exposição, além de "shows" muito bons, traz uma programação também técnica e ainda leilões, numa valorização da grande vocação da região Noroeste de Minas, que é a agropecuária.

Quero lembrar aqui os apoios fundamentais da Prefeitura de Paracatu - saudando o nosso Prefeito Vasquinho -, do Banco do Brasil, e ainda dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Turismo, patrocinadores desse evento, para que este pudesse acontecer.

Falo ainda, Sr. Presidente, sobre o nosso contentamento por uma notícia publicada hoje, no jornal "O Tempo", referente a um tema que acompanhamos de perto, o lançamento do PAC para as cidades históricas de Minas Gerais. No próximo dia 28, o Presidente Lula virá a Ouro Preto para fazer o lançamento do PAC das Cidades Históricas. A nossa querida cidade de Paracatu está entre as cidades que serão contempladas com o recurso. Serão R\$150.000.000,00, que chegarão a essas cidades. Na região Noroeste de Minas, a única cidade histórica que temos é a de Paracatu, que tem ainda um sítio histórico muito importante. Esperamos que esses recursos cheguem efetivamente a Paracatu e auxiliem na preservação do patrimônio histórico da nossa cidade.

Isso é muito interessante, porque esses recursos podem ser utilizados também no apoio à manutenção das propriedades particulares, o que sempre representou uma grande dificuldade, Deputado Adelmo. Fui Prefeito nessa cidade, e instituímos um programa de apoio à preservação, mas que era insuficiente porque utilizava apenas um estímulo, um incentivo, dispensando o recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Esse incentivo era efetivamente insuficiente para fazer frente aos custos que a manutenção de um imóvel antigo representa. Sabemos que essa medida implementada pelo PAC para cidades históricas é excelente e temos certeza que, não somente Paracatu e as demais cidades que já foram selecionadas previamente, como Sabará e Raposos - aqui na região metropolitana -, Diamantina do nosso companheiro Prefeito Padre Gê - no Alto Jequitinhonha -, e também Congonhas, Cristiano Ottoni, Ouro Preto, Piranga e Santa Bárbara - na região central -, mas também outras cidades poderão ainda ser contempladas, pois o processo está aberto.

Quero, mais uma vez, saudar o PAC, que tem sido tão importante para a ativação da economia no Brasil e para fazer frente a este momento de crise. E, agora, teremos o PAC específico para cidades históricas, que vem contemplar esse filão importante de Minas Gerais, que é histórico, patrimonial e também fonte de riqueza, pois é uma das fontes de turismo para as nossas cidades históricas. Muito Obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Muito obrigado, Deputado Doutor Viana, que preside esta reunião. Quero cumprimentar o Deputado Almir Paraca.

Em primeiro lugar, rapidamente quero refletir sobre o que disse aqui, agora mesmo, o Deputado Wander Borges, ao tratar da questão dos aposentados, que é uma questão merecedora de toda atenção. O Presidente Lula, como sempre muito sensível, recentemente manifestou, Deputado Almir Paraca, disposição em fazer do seu governo um governo comprometido com os aposentados, de modo a melhorar a situação deles no Brasil. Essa é uma dívida que o governo federal tem de resgatar perante os aposentados brasileiros.

No entanto, é importante salientar uma afirmação do Deputado Wander Borges, que disse que os salários maiores estão diminuindo, mas não por redução salarial, já que estão sendo corrigidos pela inflação. Ocorre que dois, três, quatro ou cinco salários ainda é pouco, principalmente para os trabalhadores mais idosos, que precisam de medicamentos para atender necessidades básicas. Na realidade, o salário mínimo deve ser mais que aquilo que se paga hoje no Brasil. Mesmo que haja correção pela inflação, ainda é delicada a situação desses aposentados.

Espero sinceramente que o governo federal, considerada a determinação do Presidente Lula, dê resposta positiva não só buscando corrigir os salários pelos índices da inflação, mas também cuidando de colocá-los em patamar mais elevado para garantir aos aposentados brasileiros mais dignidade. Compartilho da preocupação do Deputado Wander Borges em relação aos aposentados brasileiros. Para nós é uma alegria verificarmos que o salário mínimo neste país vem sendo reajustado acima da inflação. Durante o governo do Presidente Lula, houve um ganho efetivo, acima de 60%. Isso é muito expressivo, é muito importante. Espero que esse ganho continue ao longo do tempo para que o mínimo chegue realmente àquilo que o Dieese tem sinalizado como salário mínimo brasileiro. O vencimento precisa atender as necessidades básicas dos nossos trabalhadores.

Hoje estou aqui, Presidente Deputado Doutor Viana, para tratar de um tema extremamente relevante. Convido o pessoal das universidades e a população em geral a nos acompanhar amanhã, quando estaremos em audiência pública para tratar da gripe suína, que já vem causando preocupação no Brasil há muito tempo, pelo menos desde abril. Acho estranho o governo do Estado de Minas Gerais, já na segunda quinzena de julho, anunciar a prorrogação das férias com o discurso de que essa prorrogação não ocorre em consequência de um novo fato ou de alteração do perfil epidemiológico do Estado. As alterações não foram significativas.

O governo está anunciando que a primeira semana de agosto seria para instrução dos professores, dos profissionais de ensino para que, nas escolas, a questão seja tratada de maneira efetiva. Essa concepção é correta. Ocorre que esse problema já vem desde abril. Por que o governo do Estado não percebeu essa necessidade antes? Um governo que planeja, que fala em choque de gestão, Deputado Doutor Viana, já na segunda quinzena de julho prorrogar as férias com o discurso da pedagogia da educação para a saúde? Isso é necessário, mas deveria estar acontecendo desde abril. Os nossos professores, todos os profissionais de ensino já deveriam estar sendo preparados. O processo pedagógico não se restringe somente aos professores, mas também aos alunos. Desde o primeiro momento, esse processo deveria estar ocorrendo, com a participação da família. A escola deveria estar aberta para dialogar com a sociedade sobre um problema de risco, cuja dimensão nem conhecemos ainda. Não devemos nos alarmar diante do problema, mas temos que ficar alertas. E isso deveria estar ocorrendo desde o primeiro momento.

Vejo essa polêmica da Secretaria de Saúde, que está sendo abordada pelos colegas Deputados e a base do governo, num conflito eleitoral permanente. Isso não é possível. Que Estado é esse? Que governo é esse? Espero, Deputado Doutor Viana e Governador Aécio Neves, que o problema da gripe suína não seja transformado em espetáculo de mídia. Suspendem-se as aulas, estabelecendo-se um dia D. Será que o governo de Minas, que a Secretaria de Educação vão-se reunir em um determinado ambiente? Senhores telespectadores, 500 professores ou mais estarão reunidos para tratar dessa questão, com o discurso de que o espaço tem de ser diluído, tem de ser aberto?

Os professores se reunirão no mesmo lugar? Qual é o instrumento pedagógico da discussão? Não transformem essa questão, cuja gravidade não conhecemos, em um espetáculo. O povo de Minas não aceita isso. Nós queremos a saúde na ordem do dia, queremos mais ações na área de saúde.

Estou vendo agora, Deputados e Deputadas, senhores e senhoras, telespectadores e telespectadoras, que está faltando o álcool em gel nas farmácias, como se ele fosse a salvação da lavoura, como se ele fosse resolver o problema da gripe suína. Não há mais álcool em gel em nenhum lugar. Com água e sabão, com a higienização adequada das mãos, o álcool em gel pode ser dispensado.

A Secretaria de Educação já autorizou que as escolas comprem o álcool em gel. Mas não é hora de fazer pedagogia, de orientar, de criar um novo processo civilizatório. Devemos utilizar as crises, os problemas, os desafios como processos civilizatórios, e não o mercantilismo. De repente estamos vendo as pandemias serem também colocadas na ordem do dia, na lógica de "marketing", para resolver os problemas de saúde.

É preciso que o governo de Minas garanta o remédio para quem precisa dele. Em Uberaba, por exemplo, estou vendo que, no Hospital do Câncer, faltam remédios. Todos sabemos que, se for realizado um tratamento correto, se for dada uma orientação correta, se for administrada uma medicação na ordem do dia, as pessoas podem ser salvas, tratadas, recuperadas e curadas definitivamente. Mas, quando falta a medicação, as pessoas têm a sua situação agravada, sofrem mais e se tornam caras para o Estado. Todos os dias vejo lá o clamor de que os recursos são insuficientes. O hospital não consegue atender a todas as demandas, por falta de recursos, e o que faz não é suficiente, pois não dá conta de pagar o remédio. E eu não quero tratar apenas da questão do Estado de Minas, que é o grande devedor da saúde. O repasse do governo federal está em conformidade com a ordem constituída; o repasse das prefeituras, na maioria das vezes, está acima do mínimo prescrito pela ordem constitucional vigente. O Estado de Minas Gerais maquia os valores contabilizados na saúde. E vem agora querer transformar essa situação da gripe suína em um espetáculo? Ora, essa situação não é aceitável.

Doutor Viana, tenho a impressão de que, depois que assumi o meu mandato aqui, esta é a primeira vez em que estou subindo a esta tribuna. Não quero vir aqui muitas vezes, não quero fazer espetáculo, mas quero tratar essa questão com muita seriedade, porque a situação é muito séria. Não farei cobranças aos Deputados ou ao Secretário de Saúde.

O Governador Aécio Neves tem uma imensa responsabilidade com este Estado, com o nosso povo, com os mineiros e as mineiras. É preciso dar respostas efetivas, e não só em relação a essa questão grave da gripe suína, mas também em relação a outras situações relativas à saúde no Estado de Minas Gerais. Não podemos admitir que a Secretaria de Saúde e órgãos do governo façam disputas eleitoreiras dentro do espaço do Estado, que tem de cumprir a obrigação de bem atender ao interesse do cidadão.

Pedi esse espaço, mas não usarei os 15 minutos. No entanto, quero convidar as pessoas a nos acompanharem no debate, amanhã, em uma reunião da Comissão da Saúde, quando, em uma audiência pública, nós nos reuniremos com especialistas, infectologistas, com o Secretário de Estado de Saúde, que foi convidado, com o Secretário Municipal de Belo Horizonte, que também foi convidado, e com o representante do Ministério da Saúde, também convidado. Queremos que os órgãos e os especialistas orientem a sociedade, que tragam informações.

O combate a essa doença depende de ações do Estado, dos órgãos públicos, das secretarias, mas também depende de cada um de nós. É por isso que digo que se transformarmos essa situação em um processo civilizatório, com um cuidado maior, com uma atenção maior, cada um de nós pode fazer algo para principalmente prevenir o avanço da doença. E a prevenção é muito melhor do que qualquer remédio. Como diz o velho ditado: prevenir é melhor do que remediar. A prevenção é possível, existem muitos mecanismos para isso: lavar as mãos, por exemplo, é um ato de alta relevância para prevenir a infecção. É bom que, com um processo civilizatório, aprendamos em relação a outras ações também, a outras ameaças, a outros riscos.

Existem medidas importantes, preventivas, das quais trataremos amanhã. Saberemos como cuidar dos problemas, tomaremos conhecimento das informações do Estado, relativas ao modo como ele está aparelhado para receber eventuais pessoas infectadas, como elas serão tratadas. O Ministério Público Federal até fez um questionamento pertinente, importante, junto ao Ministério da Saúde, porque sabemos que o remédio que combate a infecção, a virose tem um efeito muito mais eficaz nas primeiras 48, 72 horas, mas a recomendação é esperar. Ou seja, normalmente as pessoas estão orientadas a fazer um tratamento desde que ocorra um agravamento da situação, e essa contradição precisa ser esclarecida. Precisamos de todas as informações necessárias para que o Estado cumpra a sua parte e também precisamos de informações importantes para que as cidadãs e os cidadãos sejam bem informados. Aí não se incluem apenas os professores. Os alunos poderiam estar retornando para as escolas bem-informados, poderiam participar de debates e discussões, mecanismos poderiam ser criados. Se é uma semana de informação, de capacitação, de preparação para o enfrentamento da gripe suína, a escola não deveria estar trancada; deveria estar em atividade. Existem instrumentos importantes de comunicação com a sociedade para chamar a atenção, principalmente dos professores, das professoras grávidas, para que elas sejam muito bem-informadas em suas casas. Hoje existe a internet, as videoconferências, existem muitos mecanismos importantes de informação em que as pessoas não precisam aglomerar-se nem reunir-se em um mesmo espaço.

Quero deixar essas reflexões aqui, Presidente, para que façamos deste momento de crise e de ameaça um momento civilizatório, de aprendizado, e não de alarme, de espetáculo.

No mais, agradeço a oportunidade de estar aqui. Amanhã, se Deus quiser, estaremos na audiência pública para debater a questão da gripe

suína no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente, estamos chegando do recesso, que muitos pensam que significa descanso. Alguns estão mais cansados que outros, e outros estão muito mais cansados que a maioria. Em verdade, Sr. Presidente, é preciso aproveitar este instante para, inicialmente, agradecer a recepção dos Prefeitos, dos Vereadores, daquelas pessoas que, no interior, nos recebem com tanto carinho, com tanta presteza, e que enxergam em nós, às vezes, a solução para problemas que não temos capacidade de resolver.

Mas uma coisa que me intriga, Sr. Presidente, e volto a tocar nesse assunto, é a questão da apropriação indébita de benefício feita pelo governo federal. O Presidente Lula, com toda boa intenção, reduziu o IPI, melhorou a vida das montadoras de veículos, das indústrias de autopeças e depois espalhou essa redução para a linha branca. Mas não se considerou, nesse fato, o aspecto absolutamente negativo para os Municípios e para os Estados. Ora, fazer cortesia com o chapéu alheio, já dizia o meu avô, é atitude inerente às pessoas que não usam o bom-senso.

Acho que a equipe técnica do governo Lula deveria reformular o seu raciocínio, porque em verdade, ao fazer a redução da alíquota do IPI, beneficia alguns segmentos da economia e melhora, sim, a economia como um todo, mas arrebenta com a estrutura municipal. O que vi, nos 28 Municípios que visitei durante o recesso, foi a completa depauperação das Prefeituras, com uma incapacidade financeira até mesmo para o pagamento correto da folha de pessoal.

Ora, Sr. Presidente, aproveitei então a equipe técnica desta Casa e fizemos uma projeção. Eu dizia, no primeiro semestre, que a redução do IPI era perigosa, porque tomava de quem não podia tomar, pois constitucionalmente o Município é parte da Federação, e na Constituição está escrito de forma clara qual é a participação dos Estados, dos Municípios e da União nos tributos arrecadados pela União. É com esses impostos compartilhados, especialmente o Imposto de Renda e o IPI, que os Municípios sobrevivem. No entanto se reduz o IPI a tal ponto que há impacto até no Imposto de Renda e na própria arrecadação do ICMS, que é calculado posteriormente à aplicação do IPI, e se reduz violentamente a receita dos Estados e o repasse do Fundo de Participação. E a solução seria tão simples, Presidente. Não sei por que não se buscam soluções mais simples no Brasil; buscam-se sempre as mais complicadas e complexas, embora às vezes até para um efeito benéfico. No caso da redução do IPI, por exemplo, o efeito poderia muito bem ser compensado. Vamos aos números. De acordo com o Decreto nº 6.006, de 2006, a alíquota do IPI é de 13%; com base no Decreto nº 6.809, a alíquota abaixo para 6,5%. Com a arrecadação neste momento, reduz-se o repasse aos Municípios de R\$916.500.000,00 para R\$458.250.000,00. Se, ao invés de reduzirmos o IPI, reduzíssemos a Cofins - que é novinha, pois foi criada noutro dia e, tanto quanto a CPMF, poderia ser até eliminada - de 9,6% para 3,1%, os Municípios receberiam o mesmo valor que recebiam antes. A compensação seria feita naturalmente.

Ora, por que o governo tem de fazer cortesia com um imposto que é compartilhado com os Municípios e os Estados? Por que não faz com um imposto que só a União administra e só ela capitaliza para seus cofres? Por que isso acontece no Brasil e ninguém fala nada? Eu sei o porquê e dou razão para todo o mundo: o nosso Presidente é popularíssimo; tem 80% de aprovação popular. Assim, todos temem falar sobre os erros da sua equipe econômica, como se, com isso, falassem mal do Lula, que entendem como um Presidente magnífico, maravilhoso. Mas não é preciso falar mal do Lula, até porque na verdade quem falar mal do Lula entra pelo cano, já que o homem tem teflon, e nada pega nele - tudo o que ele fizer é lindo e maravilhoso. Mas não é preciso criticar o governo Lula, mas a equipe econômica do governo, que planeja. Aí é que vem o trabalho, pois, no ano que vem, tem eleição: é preciso reduzir os Municípios e os Estados à antiga condição de esmoleres do governo federal; temos de ficar com um prato bem grande - não falo nem mais de pires, porque o pires seria pouco - na mão ou uma sacolinha de São Vicente, pedindo, pelo amor de Deus, na porta do Palácio, esmolas ao governo. Mas ninguém tem coragem de dizer que o governo desrespeitou a Constituição Federal, arrebentou a estrutura de representação popular, negou absolutamente o Estado de Direito ao violar a Constituição Federal, mexendo em tributos que são compartilhados pelos Estados e Municípios. A equipe econômica não podia fazer isso, mas ninguém fala nada. Não vejo, nos jornais e na televisão, repórteres se preocupando com assuntos dessa natureza, porque suas editorias estão caolhas ou quase cegas, em função da popularidade magnífica do nosso líder maior.

Posso dizer, Sr. Presidente, que meu partido faz parte da base de apoio ao Presidente Lula e não lhe tem negado seu suporte em todos os instantes da sua administração. Mas é absolutamente necessário que alguém desperte a sensibilidade do nosso Presidente Lula, que é muito grande, para esse fato esdrúxulo. Estão prometendo mandar ao Congresso Nacional mais uma medida provisória para repassar, mais R\$1.000.000.000,00 aos Municípios. Na verdade, a apropriação indébita que se fez do ano passado para cá chega a R\$3.500.000.000,00. Já foi dado R\$1.000.000.000,00; agora será dado mais R\$1.000.000.000,00.

Visitei os Municípios e vi como estão os caixas das Prefeituras. Eles não estão conseguindo cumprir, no dia 20, a obrigação do repasse da parcela de 7% à Câmara Municipal. Não estão conseguindo pagar a folha e estão simplesmente demitindo os servidores que é possível demitir. Enquanto se gera emprego na indústria automobilística e nas indústrias de autopeças e se melhoram os empregos na linha branca de eletrodomésticos, lá em baixo, na base da pirâmide, na base da sociedade, nos pequenos Municípios brasileiros, estabelece-se a miséria e a desgraça absoluta. Nessas viagens, além das obras do Proacesso, que são muito importantes, e das igualmente importantes obras da Copanor, que estão em quase todos os Municípios, vimos o desalento. Enquanto o governo do Estado está paulatinamente concluindo obras de asfaltamento, iniciando obras de saneamento básico em vilas com 200 pessoas e em cidades com menos de 5 mil pessoas, com obras espalhadas pelos quatro cantos, postos de saúde sendo construídos e escolas sendo reformadas, o poder público municipal está à míngua.

Sr. Presidente, sei que seus Municípios estão sofrendo a mesma coisa, estão à míngua, sem condições de pagar os 10% da contrapartida de verbas federais e estaduais a eles repassadas. Só na minha região, os Municípios perderam R\$14.500.000,00 de recursos do PAC porque não têm condições de pagar a um projetista para fazer um projeto. Esta crise do Minha Casa, Minha Vida, que não sai do lugar. Belo Horizonte está atendendo um décimo da demanda, mas, no resto do Estado, só a Cohab está atendendo quatro vezes mais que o Minha Casa, Minha Vida. O que está acontecendo? Os Prefeitos não têm condições de comprar um terreno e de fazer infraestrutura nele. Não têm condições de pagar uma contrapartida mínima de 10% em cada projeto desses.

Fico preocupado porque vamos, a partir deste mês, Deputados Estaduais e Federais, liberar as nossas emendas aos Orçamentos estadual e federal. O que acontecerá com os pobres dos Prefeitos? O dinheiro ficará no caixa, passará para o ano que vem, e eles, esperando a receita municipal melhorar para pagarem a contrapartida dos projetos. Vamos frustrar-nos na nossa representação política. Isso é terrível. Estou vendo a movimentação da AMM, da estrutura municipalista nacional e, conversando, não vejo as pessoas objetivamente colocarem o dedo na ferida, tocarem no lugar certo. O governo federal está praticando incorretamente uma política de redução tributária nas costas dos Municípios e dos Estados, escorando-se nos menores e mais fracos elos da democracia, da estrutura brasileira, que são os entes federados, Município e Estado. Por que isso acontece, Sr. Presidente? Será que é algo predeterminado para que, no ano que vem, todos nos humilhemos pedindo pelo amor de Deus e venhamos a apoiar qualquer candidato indicado por qualquer pessoa para recebermos uma miséria de dinheiro? Será que isso é democracia?

Sr. Presidente, o Presidente Lula realmente tem honrado o Brasil e se destacado em nível internacional. Todavia, lamento que se tenha deixado dominar pelo calculismo e financismo de sua equipe econômica. Aliás, lamentar só não resolve: é preciso partir para a ação. Os números estão aqui. Se quisermos resolver o problema dos Municípios, basta o Presidente da República, em vez de reduzir o IPI de 13% para 6,5%, baixar a alíquota da Cofins de R\$9,60 para R\$3,10. Isso empata a conta. Dessa forma os Municípios reequilibram as suas economias, e os Estados, a sua arrecadação. Além disso, os convênios poderão ser feitos, e as obras poderão continuar - aliás, algumas que nem começaram poderão ser iniciadas. Vejo esse problema em todos os Municípios pelos quais passo, começando por Jenipapo de Minas, Chapada do Norte, Rubim, subindo para Jordânia, Bandeira, Teófilo Ottoni, Ataleia, Poté, Ladainha. Em todos os lugares em que estive, o problema é o mesmo. Os recursos estão minguando, e o desemprego está grassando. Todos sabem que o elemento indutor do desenvolvimento municipal é a Prefeitura, não apenas no

que se refere aos empregos municipais. Quando a Prefeitura trabalha bem, gera-se emprego na economia local. Estamos nos esquecendo de que não haverá uma só casa do Minha Casa, Minha Vida nos povoados, nos Distritos e nas cidades pequenas, mas, sim, nas cidades maiores. O que acontecerá? A migração aumentará, ou seja, o pessoal fugirá do campo e das pequenas cidades e irá para as cidades de porte médio e Belo Horizonte. Dessa forma, explode-se a demografia, a economia se trumbica e o País vai para o buraco. É um momento histórico, Sr. Presidente. Sei que V. Exa. conhece essa realidade como ninguém, pois, assim como eu e todos os Deputados desta Casa, palmilha os Municípios. É preciso que alguém faça um alerta.

Lamentavelmente, estamos vendo no cenário nacional esse mundo velho de denúncia na Câmara Federal e no Senado da República, algo que nos magoa muito. De nada valeu ter sido Deputado Federal e ter cassado o Presidente Collor e os 11 anões do Orçamento. Estava lá cassando companheiros quando, na verdade, a corrupção não reduziu, mas aumentou. A despeito de todo o prestígio do nosso Presidente Lula, de toda a sua competência e de todo o seu amor demonstrado pelo povo brasileiro e pela grande política social feita por ele, na verdade o PAC se tornou o programa de aceleração da corrupção. Isso está acontecendo em todo o Brasil, e ninguém tem coragem de falar. Idolatramos o nosso Presidente. Ninguém fala contra o Lula nem contra o nosso Governador. São dois homens idolatrados, feitos de alumínio leve e moldável, sensíveis à população e, ao mesmo tempo, revestidos de teflon, pois nada pega neles. Então, não adianta xingar, bater nem esbravejar.

Sr. Presidente, antes de mais nada, é preciso pôr o dedo na ferida. Alguém um dia falou aquilo que deveria ser dito, mesmo que nada tenha acontecido. Não me importa ser chamado mais uma vez de Dom Quixote a esgrimir contra moinhos de vento.

Ao terminar esta minha ponderação, gostaria de fazer um breve agradecimento ao Governador Aécio Neves. A minha cidade, Teófilo Otôni, está vivendo um momento especial, pois nada menos do que R\$216.700.000,00 foram investidos pelo governo do Estado. Já consultei Uberaba, Uberlândia e Juiz de Fora e constatei que só Belo Horizonte, Contagem e Betim obtiveram investimentos maiores do que esse. Foi investido um volume fantástico de recursos em Teófilo Otôni para ajudar a nossa Prefeita do PT. Na minha cidade há uma crítica velada da própria imprensa de que a classe política está desunida.

Desunida como, se outro dia estivemos com o Governador Aécio Neves no Palácio para assinar um convênio de R\$90.000.000,00, que, somados com os investimentos já feitos pela Copasa, chegam a R\$110.000.000,00 para outorgar a Teófilo Otôni uma estação de tratamento de esgoto das mais modernas do Brasil, além de uma enorme barragem de água garantindo um abastecimento por 50, 100 anos, que servirá para a regularização do Rio Todos os Santos? Investimentos de que, por exemplo, muitos dos nossos colegas ficarão com inveja - ainda bem que o Plenário não está muito cheio. São 13 quadras poliesportivas, no valor de R\$1.000.000,00; 1 presídio no valor de R\$13.000.000,00; a estrada que liga Pavão e Frei Gaspar, só no trecho do território de Teófilo Otôni, custou R\$40.000.000,00; no programa Luz para Todos foram 1.772 ligações. Só a parte que cabe ao Estado chegou a R\$5.300.000,00 de investimento; a creche do Bairro São Cristóvão, R\$400.000,00; o sistema de saúde de Teófilo Otôni recebeu em 2007 R\$16.000.000,00, em 2008 R\$14.000.000,00 e, em 2009, mais de R\$5.000.000,00; em reforma e ampliação de escolas foram aplicados em nosso Município R\$3.300.000,00; interceptores e elevatórias de esgotos construídos nos últimos quatro anos do governo Aécio Neves, R\$20.000.000,00, além da sala de química que foi colocada em nossa cidade; a barragem de água, R\$45.000.000,00; a estação de tratamento de esgoto, R\$45.000.000,00; asfalto na estrada da penitenciária dentro da área urbana, um trecho de 13km, R\$7.000.000,00; sistema de esgoto de água tratada para o presídio e para a penitenciária, R\$1.700.000,00. No total são R\$216.700.000,00.

Então, é preciso também agradecer aquilo que o governante faz e o que ainda acontecerá. A Copanor investirá em Teófilo Otôni mais de R\$5.000.000,00 em 17 Distritos e Povoados, assim como em 23 de Chapada do Norte. Todos eles receberão sistema de esgoto e água tratados. Por isso é preciso ter o momento do agradecimento.

A reclamação quanto ao tratamento que os Municípios vêm recebendo, assim como os Estados, em relação ao IPI, permanece. Não é reclamação de alguém contra o governo. Ao contrário, é de um homem do PMDB que dá apoio e suporte ao Presidente Lula na Câmara Federal e no Senado da República, que lhe oferece seis Ministros que coordenam 48% de toda a aplicação de recursos nacionais. Não falo contra o meu Presidente, estou reclamando da equipe econômica do governo, caolha ou quase cega, que não enxerga a Constituição brasileira, que passa por cima dela ao ferir os direitos dos Municípios e dos Estados, não reconhecendo que são membros da Federação e que está na Constituição de forma clara que impostos partilhados não podem ser ignorados. Essa partilha tem de permanecer, pois é garantida pela própria Constituição. No entanto, todos se calam, ficam prestando atenção, apenas olhando, mas sem coragem de denunciar. É preciso que essa equipe econômica reveja os seus cálculos. Há a Cofins e outros tributos nacionais que podem ser reduzidos para reduzir a carga tributária, mas não esses impostos dos quais os Municípios partilham.

Peço isso, Sr. Presidente, em nome dos Municípios que não somente eu, mas também V. Exa. e cada Deputado desta Casa representam. Que nossos companheiros Deputados Federais e Senadores nos ouçam e tomem providências junto à equipe econômica do governo para que isso seja alterado. Muito obrigado.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 10/8/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Delvito Alves

exonerando Cibele Ribeiro de Moraes do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Marcella Mendes Dayrell para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo:

exonerando André Luiz Martins Leite do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PP.

### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Santa Casa de Misericórdia Dr. Zacarias do Município de Dores do Indaiá. Objeto: doação do seguinte bem móvel inservível: 1 microcomputador, marca Itautec, registro nº 022.680. Licitação: dispensa, nos

termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Município de Córrego Novo. Objeto: doação dos seguintes bens móveis inservíveis: 1 microcomputador, marca microtec, registro nº 021.303, 1 armário escaninho, registro nº 009.366, e 1 impressora jato de tinta, marca HP, registro nº 019.030. Licitação: dispensa, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.